

Notícias Sindicais, 02/04/14

Federação Nacional dos Urbanitários

CNE (Comando Nacional dos Eletricitários) na luta contra o desmonte do setor elétrico

O sucateamento do Sistema Eletrobras patrocinado pelo Governo Dilma, após a edição da famigerada MP 579 que posteriormente se transformou na Lei nº 12.783, tem causado forte impacto e preocupação nos trabalhadores do Sistema Eletrobras.

A atual situação da maior empresa de energia da América Latina era impensável até pouco tempo atrás, quando havia uma perspectiva de fortalecimento, até mesmo na declaração do presidente Lula, de que o projeto do seu Governo era transformar a Eletrobras em uma Petrobras do setor elétrico. Ou seja, existia claramente uma perspectiva para superar os anos de neoliberalismo de FHC.

Com a eleição do Governo Dilma, os trabalhadores avaliaram que seria um período de consolidação deste projeto de fortalecimento do Sistema Eletrobras. Mas tudo não passou de ilusão. Esse governo que foi eleito com apoio da categoria apostou no confronto com os trabalhadores desde o início, basta lembrar que o ACT 2013 só foi fechado no Ministério do Trabalho, fato que há anos não acontecia.

A edição da MP 579 fez as empresas da Holding entrarem em uma crise sem precedentes. Todos os dias notícias dão como certa a privatização das distribuidoras de energia da Eletrobras. Ou seja, nem mesmo no Governo neoliberal havia um cenário tão desalentador.

O Governo Dilma atua para agradar o mercado, por isso fez a opção de jogar nas costas dos trabalhadores os prejuízos causados pelo sua atuação desastrosa. Até mesmo conquistas históricas como a PLR estão em risco.

O certo é que o CNE não vai ficar assistindo tudo isso acontecer de "braços cruzados" dando uma de "avestruz", fingindo, como alguns estão fazendo, por interesses não tão nobres, fingindo que nada de ruim está acontecendo. Alguns estão vendendo primeiro seus interesses individuais, por isso, não querem criticar para não se comprometer com receio de ser "punido". Ou seja, de perder o cargo.

O CNE não irá se calar, alguém tem que fazer chegar a Presidenta DILMA e ao PT, que as medidas adotadas a partir de Setembro de 2011 somente enfraqueceram o Sistema Eletrobras e suas empresas. É preciso que interlocutores capacitados digam a Presidenta que os Trabalhadores de forma alguma vão "Pagar essa Fatura", seja vendendo benefícios ou abrindo mão da PLR. Os trabalhadores irão à luta, como sempre fizeram, defendendo diante de qualquer ameaça a manutenção de direitos e o futuro das empresas.

O CNE convoca os trabalhadores para que participem dessa luta pela retomada do fortalecimento do Sistema Eletrobras, mesmo aqueles que hoje ocupam cargos de chefia, pois com o quadro atual ninguém se salvará, e todos estão no mesmo "barco". Excetuando-se aqueles estão no chamado "Cavalo de Tróia", que vieram cumprir a missão de privatizar a Holding, e que posteriormente irão para outros órgãos governamentais.

Vamos à luta por uma Eletrobras com padrão FIFA!

Federação Nacional dos Urbanitários

Ex-presidente do Sistema Eletrobras, Pinguelli Rosa, participou debate na FNU

A FNU recebeu no dia 31 de março um dos nomes mais respeitados do setor elétrico nacional, o ex-presidente do Sistema Eletrobras no Governo Lula, Luiz Pinguelli Rosa.

Em auditório lotado de sindicalistas integrantes do Coletivo Nacional dos Eletricitários, Pinguelli Rosa, fez uma ampla explanação do setor elétrico, se mostrou preocupado com atual conjuntura, com o desastre promovido pelo Governo Dilma ao editar a MP 579, quando não foram medidas consequências.

Questionado no debate, reafirmou que é totalmente contrário a qualquer privatização, em especial das distribuidoras. Para Pinguelli, o papel do Estado em um setor estratégico como o da energia é fundamental.

Segundo Pinguelli o movimento sindical tem uma força extraordinária e precisa reforçar cada vez mais a luta contra a privatização do setor elétrico federal.

Jornal da Energia

Trabalhadores da CEEE deflagram greve

Categoria pleiteia recomposição salarial de 12%, pagamento de PPR e outros benefícios

Por Maria Domingues

Os funcionários da CEEE deflagraram greve por tempo indeterminado nesta segunda-feira (31/03). A categoria pleiteia recomposição salarial de 12% e pagamento do Plano de Participação

nos Resultados do ano passado, entre outros benefícios. A próxima assembleia ainda não tem data marcada.

Segundo informações do Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul (Senergisul), repassadas por meio de sua assessoria de imprensa, o movimento conta com adesão de 50% no interior gaúcho e 60% em Porto Alegre.

A greve foi aprovada em assembleia realizada na última quinta-feira (27/03). Na ocasião, os funcionários rejeitaram uma proposta de reajuste de 5,38% nos salários, dividido em parcelas, sem o pagamento do PPR. Entre os demais benefícios pleiteados estão: bônus alimentação, creche e participação nos planos de saúde.

Agência Brasil, 02/04/14

IBGE: funcionários protestam contra corte de verba do instituto

Nielmar de Oliveira - Repórter da Agência Brasil Edição: Marcos Chagas

Funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) protestam em todo o país contra o corte de 50% no orçamento para este ano, promovido pelo Ministério do Planejamento, e contra o adiamento de pesquisas importantes como a da Contagem Populacional, que seria feita em 2015 e só acontecerá em 2016 por falta de recursos e pessoal qualificado. No Rio de Janeiro, funcionários, promoveram a manifestação em frente à sede do IBGE, no centro, com cartazes e palavras de ordem.

Para Ana Magni, da Executiva Nacional e Comitê de Carreira do IBGE, o movimento objetiva denunciar "a situação alarmante" do instituto em todo o país, situação esta agravada pela decisão do Ministério do Planejamento de cortar à metade o orçamento do órgão para este ano.

Esta decisão, segundo ela, já levou ao adiamento da Contagem Populacional para 2016 e poderá comprometer a qualidade e até adiar a elaboração de duas pesquisas importantes do instituto, inicialmente previstas para este ano.

"Já está decidido que não será feita a Contagem Populacional, cujos preparativos teriam início este ano e aconteceria em 2015, mas foi adiada para 2016, com impactos óbvios sobre a sociedade, que, na verdade, é o de afetar o sistema estatístico nacional e para o cálculo do Fundo de Participação dos Municípios. Além disso, a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que estava prevista para este ano juntamente com a Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad), também estão comprometidas e poderão não ser mais feitas por falta de recursos e de pessoal qualificado tecnicamente", disse Ana Magni.

Segundo ela, o IBGE já vem atuando com um orçamento apertado e extremamente limitado nos últimos anos porque ele é contingenciado, "só que este ano ele é foi cortado à metade antes mesmo da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentária [LDO]. E isso significa quase que a mesma coisa que o encolhimento do tamanho da instituição no aparato estatal", avaliou.

Procurado pela Agência Brasil, o IBGE admitiu que a Contagem Populacional só deverá mesmo acontecer em 2016 e relacionou este adiamento ao corte de 50% no orçamento, promovido pelo Ministério do Planejamento.

"Este adiamento é certo e o martelo já foi batido. Com relação a POF e a Pnad, são duas pesquisas de grande porte que pertencem a uma mesma coordenação que é a de Trabalho e Rendimento. Provavelmente será feita apenas uma. Mas neste caso, ainda não foi batido o martelo sobre qual delas será feita este ano, provavelmente a Pnad por ser importante a coleta de dados para a Pnda Contínua. E alguns temas dependem dessa pesquisa".

O IBGE informou, porém, que fazer apenas uma dessas pesquisas ao longo de 2014 não tem, necessariamente, relação com o corte no orçamento do instituto. "São duas grandes pesquisas, de uma mesma coordenação, e fazê-las juntas é complicado. Mas a contagem da população sim, decorre do corte de recursos", disse o órgão por meio de sua assessoria de imprensa.

Portal da CUT

CNTE lança campanha para mudar nomes de escolas que homenageiam colaboradores do regime militar

01/04/2014

De acordo com o Inep, 976 escolas públicas têm nomes de presidentes no período da ditadura
Escrito por: CNTE

Há 50 anos o Brasil tornou-se refém da ditadura militar. Hoje, enquanto vítimas do golpe são esquecidas, escolas carregam o nome de pessoas que colaboraram para a queda do governo democrático e para a imposição de um regime de terror no país naquele fatídico 31 de março.

De acordo com o Inep, 976 escolas públicas têm nomes de presidentes daquele período que envergonha a história brasileira. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação quer celebrar a resistência da sociedade contra o estado de exceção e mudar esse número.

O site ditaduranuncamais.cnte.org.br é colaborativo e foi criado para destacar o retrocesso na educação brasileira e lembrar os trabalhadores perseguidos por um regime que cassou direitos individuais, coletivos e políticos, abusou da integridade física e psíquica de milhares de pessoas, impôs ideologias conservadoras à sociedade, perseguiu, prendeu, torturou, exilou e matou cidadãos e cidadãs, cujos crimes (muitos deles) ainda carecem de elucidação e/ou reconhecimento por parte do Estado.

A campanha inclui um amplo movimento de mudança de nomes de escolas que homenageiam agentes patrocinadores do Golpe e os ditadores de plantão. A ideia é propor projetos de iniciativa popular às Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, após a realização de amplo debate com a comunidade escolar, a fim de legitimar o pleito.

O site explica como propor a mudança, incentivando a sociedade a rever as homenagens prestadas aos algozes do povo brasileiro que dão nomes, ainda, a praças, ruas, avenidas, estádios e ginásios esportivos Brasil afora.

Portal da CUT

Ministério do Planejamento segue sem formalizar respostas à pauta dos servidores federais

01/04/2014

Categoria prepara um Dia Nacional de Lutas com paralisação de atividades em todo o Brasil na próxima terça (8)

Escrito por: Condsef

O Ministério do Planejamento voltou a descumprir a palavra dada às 31 entidades que compõem o fórum em defesa dos servidores e serviços públicos. Em reunião no último dia 19, conseguida depois de mais uma atividade de pressão que unificou servidores de diversas categorias, o secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, havia se comprometido a apresentar resposta formal à pauta dos federais até o final deste mês. Esta é a segunda vez que o compromisso assumido não se cumpre. Frente ao cenário de descaso e impossibilidade de diálogo sem que haja pressão, os servidores precisam reforçar a mobilização se quiserem ver avanços em suas demandas mais urgentes. Na mesma reunião, Mendonça sinalizou verbalmente que dentre as demandas colocadas há uma possibilidade de abertura de diálogo sobre reajuste em benefícios como auxílio-alimentação, creche, saúde suplementar entre outros.

Na semana passada o assunto sobre benefícios esteve em destaque com a informação de que servidores da Câmara, Senado e TCU (Tribunal de Contas da União) tiveram atualizados os valores de dois de seus benefícios: auxílio-alimentação e pré-escolar. O reajuste de 5,92% será retroativo a 1º de janeiro de 2014 e fixa os valores em R\$ 784,75 para auxílio-alimentação, e cerca de R\$ 614 para ajuda pré-escolar. O atendimento deste pleito justo gera uma discrepância ainda maior entre os valores dos benefícios pagos aos servidores dos Três Podres. No Executivo, os valores seguem fixados em R\$373, no caso do auxílio-alimentação, e R\$95 para assistência pré-escolar.

A Condsef continua buscando reunião com o Planejamento para discutir a correção em valores de benefícios bem como a antecipação da parcela 2015 referente ao reajuste de 15,8% negociado com a maioria dos servidores e escalonado em três vezes (2013, 2014, 2015). As demandas estão baseadas em estudos técnicos feitos pela subseção do Dieese na Condsef que relacionam a situação dos benefícios e reajustes com a inflação medida no mesmo período. Os dados mostram que o reajuste acumula um déficit e a antecipação da parcela ajudaria a recompor o poder de compra do servidor público.

Intensificar pressões – É importante que os servidores acompanhem o calendário de atividades proposto pelo fórum em defesa dos servidores e serviços públicos. O objetivo é intensificar as pressões junto ao governo para conquistar avanços em negociações que seguem estagnadas. No dia 7 de abril as entidades do fórum vão participar de um ato no Rio de Janeiro em defesa de saúde pública e gratuita com qualidade. No dia 8, terça-feira, servidores farão um Dia Nacional de Lutas com paralisação de atividades em todo o Brasil. Ato serão organizados pelas entidades que compõem o fórum nos estados e setores dos movimentos sociais também serão convidados a participar.

O intuito, mais uma vez, é chamar a atenção do governo para a urgência de dialogar com os trabalhadores do setor público e investir adequadamente em serviços de qualidade para a população. Os movimentos de mobilização dão força aos trabalhadores da Valec e técnicos das universidades que já deram a largada para greves legítimas por tempo indeterminado. A Condsef também vai participar no dia 9 de abril de ato em defesa da classe trabalhadora convocado pelas centrais sindicais em São Paulo.

Para avaliar as atividades, o fórum nacional volta a se reunir na sede da Condsef em Brasília no dia 11 de abril. Outras atividades já estão apontadas. Entre elas está um dia nacional em

memória das vítimas de acidentes de trabalho com paralisação de auditores e servidores administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Além disso, o fórum aponta mais um Dia Nacional de Lutas com atos nos estados no dia 1º de maio e uma atividade nacional com marcha a Brasília para o dia 7 de maio para voltar a pressionar o Planejamento pelo atendimento da pauta mais urgente dos federais.

Acompanhe o calendário e participe das lutas:

07/04 – Ato no Rio de Janeiro em defesa de saúde pública e gratuita com qualidade

08/04 – Dia Nacional de Lutas com paralisação nos Estados

09/04 – Ato das centrais sindicais em defesa da classe trabalhadora em São Paulo

11/04 – Reunião do fórum de entidades

28/04 – Dia nacional em memória das vítimas de acidentes de trabalho

01/05 – Dia do Trabalhador com atos nos estados

07/05 – Ato nacional com marcha a Brasília

Portal da CTB

Ato no DOI-Codi exige punição aos militares

Centenas de pessoas lotaram, nesta segunda-feira (31), a antiga sede do DOI-Codi em São Paulo, centro de tortura e repressão durante a ditadura militar (1964-1985).

O ato, que lembrou os 50 anos do golpe, reuniu os familiares das vítimas, centrais sindicais, movimentos sociais, partidos políticos que exigiram a punição aos militares e repudiaram a data chamada por eles de “Dia da Vergonha Nacional”.

“O golpe militar, que começou em 1964, deu nisso aqui: um centro de tortura e extermínio. Temos que repudiar torturas e assassinatos a começar pelos golpes e as ditaduras”, declarou para o *Portal CTB* o coordenador da Comissão Estadual da Verdade em São Paulo “Rubens Paiva”, Ivan Seixas, o órgão leva o nome do ex-deputado que desapareceu durante o regime, durante o ato foi apresentado um discurso de Paiva enaltecendo as reformas de base defendidas pelo então presidente João Goulart, deposto no dia 1º de abril pelos militares.

Os participantes levavam em suas mãos as fotos dos que foram torturados, mortos e desaparecidos com uma indagação “onde estão nossos desaparecidos?” Com peças teatrais alusivas às barbáries cometidas pelos torturadores, os presentes fizeram uma homenagem às vítimas da ditadura ao lerem em uma só voz o manifesto “*Ditadura Nunca Mais, 50 anos do golpe militar*” momento de grande emoção, no qual foi lembrado o nome de todos os que foram assassinados no DOI-Codi.

Para o presidente da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, Adriano Diogo, que também passou pelo DOI-Codi, “perdemos o medo de falar desse assunto [ditadura], esse é o maior produto das comissões da verdade”. Sobre o significado da homenagem, ele frisou: “Imagina você entrar nesse prédio, pela primeira vez, depois de 50 anos, isso aqui tem um significado que transcende”.

Representando a CTB, o presidente nacional, Adilson Araújo fez questão de marcar presença na atividade, acompanhado pelo secretário de Políticas Sociais, Rogério Nunes e a pela Assessora de Diretoria, Márcia Viotto.

A CTB integra, juntamente com nove centrais, o Grupo de Trabalho “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical”, da Comissão Nacional da Verdade, que está investigando os crimes de lesa humanidade ocorridos contra a classe trabalhadora e leva como lema “por justiça e reparação”

Atualmente, funciona no antigo centro de tortura a 36ª DP, o prédio é tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat). “A luta que a gente tem agora é que o prédio seja transformado num memorial às vítimas da ditadura”, informou Ivan.

Durante toda a semana vários atos em repúdio ao golpe militar estão sendo realizados em todo o país. Em São Paulo, na próxima quarta-feira (2) o teatro da PUC – Pontifícia Universidade Católica – que foi incendiado durante o regime homenageará os que resistiram e lutaram pela democracia no país.

Érika Ceconi - Portal CTB

Portal da Força Sindical

Metalúrgicos de Guarulhos param as duas unidades da empresa ABB

Estão paradas as duas unidades da empresa ABB em Guarulhos. Ontem (31), a paralisação era no Parque Cecap. Hoje, o movimento atingiu a unidade de Cumbica. As duas empregam mais de 1.500 trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região coordena as paralisações.

Os trabalhadores reivindicam aumento no valor da PLR (Participação nos Lucros e/ou Resultados); pagamento linear (sem diferenciar administração e produção); jornada de 40 horas; delegado sindical; e fornecimento de desjejum.

Pacífico - "Nosso movimento é pacífico, sem incidentes", afirma o presidente do Sindicato, José Pereira dos Santos. Segundo ele, a entidade continuará buscando solução negociada. "O trabalhador quer resolver os problemas, retomar suas atividades e tocar a vida", diz Pereira.

Multinacional - A ABB é multinacional sueco-suíça, presente em 100 países. No Brasil, tem cinco unidades. Josinaldo José de Barros (Cabeça), vice-presidente do Sindicato, afirma: "Empresa desse porte pode pagar PLR maior e melhorar as condições de seus funcionários".

Dispensa - Nas duas unidades, o Sindicato dispensou os trabalhadores, que foram para casa e voltarão à empresa na manhã desta quarta (2).

Portal da Força Sindical

Indústrias de suco de laranja sofrem novo revés na Justiça

Condenadas em primeira instância, em março de 2013, a pagar R\$ 455 milhões "por danos morais causados durante mais de uma década de irregularidades trabalhistas no campo" e a encerrar a terceirização nas atividades de plantio, cultivo e colheita de laranja, as grandes indústrias exportadoras de suco de laranja brasileiro (Cutrale, Citrosuco e Louis Dreyfus) amargaram novo revés sobre o caso no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas.

Inicialmente marcado para a semana passada, o julgamento no TRT foi realizado ontem. Mas, apesar de a decisão em geral ter respeitado a condenação imposta pelo juiz Renato da Fonseca Janon, da Vara do Trabalho de Matão, as indústrias de suco respiraram mais aliviadas. Em primeiro lugar, porque cabe recurso no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e, conforme a decisão na segunda instância, tudo continuará como está até esse julgamento.

Em segundo lugar, porque a indenização referente aos supostos danos morais coletivos foi reduzida no TRT para R\$ 113,7 milhões - e esse pagamento também só terá de ser realizado em caso de nova condenação na terceira instância. Se isso acontecer, à Citrosuco caberá a maior parte da indenização (R\$ 48,75 milhões), enquanto a Cutrale terá de pagar R\$ 37,5 milhões e a Louis Dreyfus, R\$ 13,75 milhões.

Nesse caso, os recursos serão direcionados ao Hospital do Câncer de Barretos, à Fundação Hospital Amaral Carvalho de Jaú, à Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) e ao Hospital Carlos Fernando Malzoni, de Matão. Outras penas pecuniárias somam R\$ 10 milhões e a Cutrale também terá que pagar, conforme decisão de ontem, R\$ 3,7 milhões por "assédio processual".

As decisões de Matão e Campinas - municípios localizados em importante região produtora de laranja do interior de São Paulo, onde as empresas exportadoras de suco se abastecem de matéria-prima - valem tanto para os trabalhos realizados nas fazendas de citricultores com contratos de fornecimento de longo prazo com as indústrias quanto para serviços de citricultores que vendem a fruta no mercado spot.

Conforme a Associação Nacional dos Fabricantes de Sucos Cítricos (CitrusBR), que representa as empresas condenadas, o foco da discussão agora se concentrou ainda mais em torno do que realmente é a atividade-fim dessas companhias. Nas condenações de primeira e segunda instâncias, pesou o entendimento de que, como definem padrões para a matéria-prima que recebem, as indústrias interferem diretamente na produção de laranja e têm de se responsabilizar por plantio, cultivo e colheita próprios e de fornecedores.

Mas as empresas defendem que sua atividade-fim é a produção de suco, e não a de laranja, e que por isso não podem ser responsabilizadas pelas práticas de fornecedores independentes. Essa relação mantida pelas indústrias de suco com seus fornecedores é comum em outras cadeias do agronegócio. Como o tema levanta discussões sobre a independência dos produtores, algumas entidades que representam agricultores, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), têm se mostrado favoráveis à posição das indústrias de suco.

"Estamos bastante preocupados, e os produtores devem ficar atentos em relação às próximas safras, pois se o caso for definido nos próximos meses boa parte da colheita será perdida, trazendo prejuízos para o setor. Só espero que os produtores não paguem esta conta por este equívoco", diz o presidente da Câmara Setorial da Laranja, Marco Antonio dos Santos, em comunicado divulgado ontem. Em contrapartida, a Associação Brasileira de Citricultores (Associtrus), com sede em Bebedouro, também em São Paulo, lidera a pressão contra as indústrias nessa frente.

Portal Mundo Sindical

Sindicato acata proposta e greve da Suframa pode chegar ao fim, no AM

Em assembleia realizada nesta segunda-feira (31), os servidores participantes da greve da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) aceitaram as propostas do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior (Mdic). Com a decisão, a greve - que completa 42 dias hoje - se aproxima do encerramento. A categoria reivindica melhorias na infraestrutura do órgão, além da criação de um plano de cargos e carreiras para os funcionários. Servidores estimam que devem retornar ao trabalho ainda nesta semana.

O diretor do Sindicato dos Funcionários da Suframa (Sindframa), Sidney Nunes, contou que o Mdic apresentou duas propostas diferentes: uma sobre o orçamento do órgão e outra que aborda a criação de um plano de cargos e carreiras de servidores. "Quanto à infraestrutura, o Governo Federal se comprometeu com a reforma de prédios, além da construção de um refeitório. O acordo fala também sobre treinamentos e desenvolvimento para todos os funcionários, com cursos de pós-graduação", listou.

Quanto à questão de carreiras dentro da Suframa, Nunes afirmou que o Governo concordou em analisar como a reestruturação poderá ser possível. "Com a decisão, o plano de cargos e carreiras deve ser implementado até o ano de 2015", alegou.

A Suframa informou, por meio de assessoria de imprensa, que os estudos serão iniciados em breve.

A categoria aguarda agora a efetivação da proposta, que segundo o Sindframa depende do Ministério do Planejamento - responsável pelo orçamento do órgão. Nunes alegou que, caso o acordo seja assinado, os grevistas devem voltar aos postos de trabalho no dia seguinte à oficialização do acordo. "Esperamos que o documento seja assinado nesta terça-feira (1º). Com isso, as atividades serão normalizadas na quarta (2)", afirmou.

Mais de 400 servidores do órgão iniciaram a paralisação no dia 18 de fevereiro deste ano. A greve surtiu efeitos negativos para o comércio local, como a dificuldade de liberação de insumos e outras mercadorias. A Câmara de Dirigentes e Lojistas de Manaus (CDLM) chegou a entrar com ação na Justiça Federal para que pelo menos 30% da mercadoria retida pela greve fosse liberada diariamente.

Fonte: Diego Toledano/G1 - 01/04/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato do Sul Fluminense entrega pauta de reivindicações à CSN

O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense entregou a representantes do setor de Recursos Humanos da CSN, durante a tarde desta segunda, a pauta de reivindicações para a revisão do acordo coletivo 2014/2015. De acordo com o presidente do Sindicato, Renato Soares, todas as 51 reivindicações foram decididas através de uma pesquisa feita com os funcionários da Companhia.

O gerente de Recursos Humanos da CSN, Anderson Castro, recebeu o documento com as pautas e destacou que irá analisar as demandas para marcar uma nova reunião com o sindicato que servirá como entendimento de pauta. Até o final do acordo, pelo menos três reuniões deverão acontecer.

Entre os tópicos da pauta, o Sindicato reivindica um reajuste salarial a partir de 1º maio de 2014, com a variação do INPC no período de maio de 2013 a 30 de abril de 2014. Ainda na pauta, está um aumento real de 10% a ser aplicado sobre os salários já reajustados, e a implantação de um piso salarial de R\$ 1.500, ficando vedada a contratação de qualquer empregado com salário inferior. Além de um criar um novo plano de cargos e salários, que irá abranger todos os níveis, com critérios definidos e progressão salarial dentro da função.

A jornada de trabalho também foi lembrada na pauta. O sindicato faz reivindicações referentes à hora extra e a diminuição da jornada de trabalho que passaria a ser não superior a 40 horas semanais, para os funcionários que atuam em horários administrativos.

Bonificações e equiparação salarial

As bonificações de férias e os adicionais de horas noturnas, estas compreendidas entre 20h e 6h, no valor de 40% da hora normal, também entraram na pauta. Também foram pedidos pelos trabalhadores um aumento no cartão alimentação.

Um ponto destacado pelo presidente durante a entrega foi a reivindicação do período de pré-aposentadoria. Nele, os funcionários que reincidirem seu contrato de trabalho, terá um prazo de seis meses para apresentar documentação do INSS comprovando o tempo faltando para complementar o tempo de aposentadoria. Em relação a isso, apenas terá direito ao ajustado nessa cláusula, os empregados que tenham adquirido mínimo de 50% do tempo de serviço da CSN e FEM.

A negociação da PLR também está presente na pauta, assim como a função igual salário igual, onde a empresa terá que pagar o mesmo salário aos trabalhadores que exercem funções

idênticas, salvo exceções que terão que estar contempladas no plano de cargos e salários em consenso com o sindicato.

- Torço para que seja diferente do ano passado e que andem rápido nesse processo de análise e negociação da pauta. Esperamos que a empresa atenda a grande maioria das nossas reivindicações que foram feitas através de uma pesquisa com os funcionários da própria companhia – enfatizou Renato Soares.

Fonte: Diário do Vale - 01/04/2014

Criação de empresas no país é recorde para fevereiro desde 2010

Em fevereiro, foram criados 158.023 empreendimentos no país, uma queda de 1,4% em relação ao mês anterior, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Nascimento de Empresas. Apesar do recuo, o número é recorde para o segundo mês do ano desde o início da série histórica, em 2010. Na comparação com o mesmo período de 2013, houve um aumento de 49,3% na quantidade de empresas criadas. Na avaliação dos economistas da Serasa Experian, o resultado obtido neste mês "decorre da crescente formalização dos negócios no Brasil, principalmente microempreendedores individuais". O Sudeste registrou o maior número de empresas abertas em fevereiro deste ano, 79.889, com 50,6% do total. A Região Nordeste aparece em segundo lugar, com 18,1% do total e 28.567 empresas. Em terceiro lugar ficou a Região Sul, com 16,1% do total (25.420 novas empresas), seguida pelo Centro-Oeste, com 15.600 empresas (9,9% do total). A Região Norte ocupou o quinto lugar, com 5,4% do total e 8.548 novas empresas. (G1 – 31.03.2014)

Rel-UITA - REGIONAL LATINOAMERICANA DE LA UNIÓN INTERNACIONAL DE TRABAJADORES DE LA ALIMENTACIÓN, AGRÍCOLAS, HOTELES, RESTAURANTES, TABACO Y AFINES (UITA)

Brasil: MPT demanda en 4,5 millones de dólares a franquicia de McDonald's

Arcos Dorados fue procesada por trabajo insalubre de adolescentes.

Rebanadas de Realidad - Rel-UITA, Montevideo, 31/03/14.- El Ministerio Público de Trabajo del estado de Paraná (MPT-PR) solicitó a la Justicia que condene a la empresa Arcos Dorados, operadora de la red estadounidense McDonald's en América Latina, en 10 millones de reales (4,5 millones de dólares) por la contratación de adolescentes menores de 18 años para actividades que implicaban riesgos a la salud.

En el juicio, el MPT requiere, además, la desvinculación de los jóvenes que trabajan con chapas, freidoras y en la higiene de los locales y baños de uso público.

La práctica viola la Constitución Federal, que prohíbe cualquier trabajo a menores de 16 años, salvo en la condición de aprendiz, a partir de los 14 años, si las funciones a ejercer no son insalubres, peligrosas o penosas.

La acción civil pública fue encausada por la procuradora regional del Trabajo Margaret Matos de Carvalho en septiembre de 2013, a partir de una denuncia del Ministerio de Trabajo y Empleo (MTE). La medida tiene incidencia en el ámbito nacional.

Insalubridad

Los adolescentes quedan expuestos a quemaduras en el manejo de la freidora y las chapas durante la producción de alimentos.

El riesgo es agravado por la presión que sufren por tratarse de una red de fast food, donde el tiempo es controlado y todas las actividades deben ser realizadas con máxima prontitud.

Para ser higienizados, los equipos deben estar calientes. Además, es necesario usar guantes largos resistentes a altas temperaturas. "El uso de equipos de protección individual, cuando se trata del trabajo de adolescentes de hasta 18 años, indica que la actividad presenta riesgo. Siendo así, está prohibida, independientemente de las medidas para la reducción de accidentes", afirma la procuradora Margaret Matos de Carvalho. .

Los jóvenes también están propensos a irritaciones en los ojos y la mucosa, ocasionadas por el jabón líquido, desengrasantes y desinfectantes utilizados en la limpieza de los restaurantes y de los sanitarios.

Los jóvenes, además, están expuestos a riesgos biológicos cuando sacan la basura y cuando realizan la limpieza de los sanitarios. También se constató que movilizan cargas con un peso por encima del límite legal, lo que puede ocasionar problemas de columna y sobrecarga de miembros.

Desvío de funciones

Otro problema es la rotación a la que son sometidos los adolescentes, que no permanecen más de dos horas en cada actividad.

Además del cúmulo de funciones, se desempeñan como cajeros, un cargo que no es remunerado de forma compatible con el grado de responsabilidad exigida.

Los empleados terminan realizando todas las actividades y ninguno es contratado para el ejercicio de esta función. Según lo establece su convenio colectivo, la remuneración del sector es diferenciada.

Organizado por Ernesto Germano